

#EuEmpregadaDoméstica: Atravessamentos de classe, etnia e gênero no Facebook¹

Júlia Silveira de Araújo²

Resumo

O presente artigo busca analisar como a página do Facebook *Eu, Empregada Doméstica*, criada em 2016 a partir de uma hashtag homônima, aponta atravessamentos de classe, etnia e gênero no âmbito dessa atividade profissional. A partir das interações virtuais entre as trabalhadoras domésticas – negras e periféricas em sua maioria –, analisaremos como suas narrativas revelam as contradições, hierarquias e negociações entre patroas e empregadas, de etnias e classes sociais distintas. Pensaremos ainda como essas articulações informais e desinstitucionalizadas também ser pensadas como práticas ciberfeministas. Para tal, recorreremos a um aporte teórico voltado para o estudo da cibercultura e dos ciberativismos femininos e para uma análise crítica do trabalho doméstico e das desigualdades socioeconômicas no contexto brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave

Empregadas Domésticas; Classe Social; Negritude; Gênero; Cibefeminismo.

Introdução

"Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmitta e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa" (Patroa Jussara, em Santos 2009 - meu último emprego como doméstica) #EuEmpregadaDoméstica (EFRAIM, 2016, s/p).

Com esse relato compartilhado em seu perfil no Facebook, em julho de 2016, a professora de história, rapper e ativista negra e feminista Joyce Fernandes, conhecida como Preta-Rara, inaugurou de forma despretensiosa a campanha virtual sintetizada pela hashtag #EuEmpregadaDoméstica. Moradora da cidade de Santos, em São Paulo, a jovem trabalhou como doméstica, mesma profissão da mãe e da avó, entre os 19 e 25 anos de idade, após buscar trabalho em outros setores sem sucesso. A narrativa da humilhação sofrida por Joyce obteve grande repercussão nas redes – no Facebook foram mais de mil

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda e mestre em Comunicação pela UFF.

curtidas e 400 compartilhamentos em apenas 3 dias (ASSUNÇÃO, 2016) – e, diante do crescente interesse e das mensagens que recebeu, a ativista decidiu criar a página *Eu, Empregada Doméstica*. Com apenas 12 horas de lançamento, Joyce já havia recebido mais de 150 relatos de experiências de outras trabalhadoras e esse número subiu para 4 mil em apenas 4 dias³. Com esse engajamento instantâneo e diante do crescente interesse pela temática abordada, a página, que divulga relatos anônimos de domésticas, já atingiu 147.805 curtidas⁴ em cerca de um ano de existência.

Para garantir o funcionamento do projeto, Joyce criou um e-mail para que outras empregadas pudessem enviar suas histórias e indicar a cidade e estado de residência. As instruções estão em um post afixado no topo da página *Eu, Empregada Doméstica*. Com exceção das narrativas da própria Joyce, os demais relatos são apresentados apenas com as iniciais de suas autoras, preservando o anonimato das mulheres. Além das histórias das internautas, a página divulga as inserções do projeto na imprensa tradicional (nacional e internacional), com links de matérias sobre a página ou eventos e debates sobre as pautas da categoria profissional e questões ligadas às mulheres negras.

As histórias apresentadas descrevem rotinas exaustivas e abusivas, bem como narrativas de trabalho escravo e infantil, discriminação e preconceito. Relatos de privação de comida e sono, além da proibição do uso de banheiros e talheres compartilhados também são recorrentes. As categorias “empregada” e “patroa” marcam a distinção social, étnica e simbólica das relações relatadas. São raros os textos que abordam a relação das profissionais com um empregador, apontando como o trabalho doméstico e a administração e cuidado do lar ainda são tarefas exclusivamente femininas em grande parte dos casos. E é nesse lócus de convivência profissional e pessoal entre mulheres de classes e etnias distintas que contradições, disputas e negociações vêm à tona e passam a ser discutidas no ciberespaço.

Classe social e naturalização das desigualdades

A tese marxista da existência da luta de classes em todas as sociedades, pormenorizada no clássico Manifesto Comunista, foi qualificada e abordada de diversas

³ *Eu, Empregada Doméstica*. Página do Facebook [S.l.], 2016. Disponível em <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1102800783099996>. Acesso em 03 de agosto de 2016, às 03h17.

⁴ Dado obtido em 15 de julho de 2017, às 22h03.

formas após sua primeira formulação. No contexto ocidental das últimas décadas, os conflitos sociais, inclusive, passam a abarcar outras formas de opressão e resistências entre diferentes grupos nacionais, étnicos e religiosos e movimentos sociais de caráter mais amplo, como os feministas, ecológicos ou antinucleares (BOTOMORE, 1983). Hall (2006), ao pensar o deslocamento de estruturas e processos sociais de referência e estabilidade social, também identificou a complexificação do cenário político na modernidade tardia. O autor apontava que o descentramento dos sujeitos estava atrelado, entre outros fatores, à redescoberta da tradição do pensamento marxista e à onda de movimentos sociais, juvenis, contraculturais, revolucionários no Terceiro Mundo, pelos direitos civis e, sobretudo, feministas.

Nesse sentido,

a tarefa da análise marxista hoje é enquadrar essas diversas lutas em uma teoria coerente e determinar empiricamente a importância específica das lutas de classes em condições estruturais e históricas diversas. Isso exige também, como demonstram vários estudos marxistas recentes (por exemplo, Poulantzas, 1974), um reexame da luta de classes no final do século XX, não mais em termos de uma confrontação exclusiva entre burguesia e proletariado, mas antes em termos de alianças entre vários grupos sociais que de um lado, dominam e dirigem a vida econômica e social e, de outro, são subordinados e dirigidos (BOTOMORE, 1983, p. 330).

O caso brasileiro é exemplar para perceber como a luta de classes é atravessada pelos vieses de gênero e etnia. Uma pesquisa sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em março de 2016 revela dados alarmantes (IPEA, 2016). Entre 2004 e 2014, embora tenha havido um crescimento de quase 50% no rendimento médio do(a)s brasileiro(a)s, as mulheres continuaram ganhando menos: R\$ 1.288 contra R\$ 1.831, em 2014. Se analisarmos o recorte racial, essa disparidade é ainda maior: homens brancos receberam em média R\$ 2.393 em 2014, enquanto as mulheres negras seguiram na base da pirâmide econômica, com renda de R\$ 946 no mesmo ano.

Evidentemente não temos a pretensão de produzir aqui todas as respostas às demandas teóricas apontadas por Botomore (1983) e Hall (2006) ou para as contradições sociais e econômicas do Brasil. No entanto, constando a relevância dos dados e preocupações conceituais apontados, nos referenciamos em uma leitura dos embates e

negociações entre classes sociais que vai além do recorte exclusivamente economicista. Essa perspectiva faz-se necessária, entre outros fatores, devido à complexidade do caso aqui estudado, no qual as interações entre patroas e empregadas se dá em um contexto onde as relações trabalhistas coexistem com afetos e intimidades característicos do âmbito privado do lar.

Além disso, a partir das contribuições de Souza (2003, p.47), para quem os corpos são “a manifestação social mais tangível” e um “campo de forças de uma hierarquia não expressa”, direcionamos esta análise aos corpos femininos, negros, voltados para o trabalho manual simples e pesado, oriundos das regiões periféricas e marginalizadas do país. Partimos ainda do pressuposto de que as distinções entre sexos, classes ou grupos de idade contribuem “decisivamente para a naturalização da desigualdade em todas as suas dimensões” (SOUZA, 2003 p.47).

Nos referenciamos ainda em Bourdieu (2007), que, conforme explica Souza (2003, p.46), recorre ao conceito de habitus apontando os valores que se “tornam corpos” através

de uma pedagogia implícita que pode inscrever e naturalizar toda uma cosmologia, precisamente por estarem além da percepção consciente e se mostrarem apenas em detalhes tidos como insignificantes, como detalhes de comportamento físico, maneiras de falar, andar e se portar, a base de sua sociologia. Esses detalhes, aparentemente insignificantes, apontam, no entanto, para características essenciais do comportamento social.

Segundo Souza (2003), é justamente esse aparato social que permite que Bourdieu perceba a dominação e desigualdade onde outros percebem harmonia e pacificação social. Trata-se, portanto, de uma perspectiva fundamental para qualquer análise social “interessada em desvelar e reconstruir realidades petrificadas e naturalizadas” e de um “passo necessário para que se perceba como práticas aparentemente desinteressadas podem ser vistas como práticas econômicas de maximização de ganhos materiais e simbólicos” (SOUZA, 2003, p.47).

Trabalho doméstico: Humilhação como processo intrínseco à dinâmica profissional

Dados da supracitada pesquisa do Ipea em parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) apontam que 92 % do(a)s empregado(a)s doméstico(a)s são mulheres e 5,9 milhões de brasileiras atuam nesse setor (o equivalente a 14% do total das trabalhadoras no Brasil). O estudo, que considera o período entre 2004 e 2014, apontou

ainda que 70% delas não têm carteira assinada e que o salário médio é de R\$ 700 (abaixo do salário mínimo nacional de R\$ 880, estabelecido em 2016). Essa situação afeta mais às mulheres não brancas, que são as que menos possuem carteiras assinadas e recebem salários mais baixos (IPEA, 2016).

Os relatos apresentados na página *Eu, Empregada Doméstica* e as discussões travadas a partir dessas contribuições reforçam a tese do sociólogo Jefferson Belarmino de Freitas (2010), segundo a qual a humilhação é parte intrínseca da construção de distinção social entre patroas e empregadas, que, apesar de ocuparem o mesmo espaço, estão simbólica, étnica e culturalmente distanciadas de forma mais ou menos pronunciada. O pesquisador estudou o emprego doméstico da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) através de entrevistas com dez empregadas domésticas e duas empregadoras e da análise de cartilhas, matérias jornalísticas e documentários sobre o tema. A partir desse mapeando, Freitas (2010) propõe que a noção de humilhação nesses casos deva ser compreendida como conceito sociológico (FREITAS, 2010).

Embora recuse-se a hierarquizar situações de constrangimento e violência simbólica, Freitas (2010, p.116), elenca seis principais “ações-humilhação” no contexto do trabalho doméstico, a saber:

- 1) restrições ríspidas quanto ao contato com os patrões (por exemplo, obrigatoriedade de utilizar utensílios alimentares diferentes, a exigência do uso de máscaras, a negação e/ou restrição de alimentos etc; 2) mania de limpeza e supervisão extrema das tarefas executadas pelas trabalhadoras; 3) o não reconhecimento de tais tarefas; 4) a escassez de direitos da ocupação e o seu pouco retorno financeiro (fatores estruturais da ocupação, mas que são, com frequência, definidos por meio de acordos pessoais e informais; 5) descontrole emocional dos patrões (expresso na forma de gritos, por exemplo) e; 6) acusações de roubo.

Alguns dos relatos coletados da página *Eu, Empregada Doméstica* e das publicações com a hashtag homônima no Facebook, ilustram e legitimam essa proposição de categorias, conforme exemplificamos no quadro abaixo⁵:

⁵ Foram coletados depoimentos divulgados através de posts publicados entre 21 de julho de 2016, dia de lançamento da página, até 03 de agosto de 2016, quando se encerrou a etapa empírica da presente pesquisa.

Ação-humilhação	Relatos na página <i>Eu, Empregada Doméstica</i>
<p>Restrições ríspidas quanto ao contato com os patrões</p>	<p><i>(Relato enviado por M.A - Araraquara/Sp)</i></p> <p>Minha mãe trabalhou de empregada doméstica por meia vida dela. Em uma das casas que ela trabalhava, ela não podia comer na mesa, nem a mesma comida e nem sequer dentro de casa. Ela comia a comida com ovo e comia sentada no degrau da porta, pois não podia ser dentro da casa. "Joyce, você foi contratada para cozinhar para a minha família, e não para você. Por favor, traga marmita e um par de talheres e, se possível, coma antes de nós na mesa da cozinha; não é por nada; só para a gente manter a ordem da casa."</p> <p><i>(Relato: Joyce Fernandes/ Preta-Rara)</i></p> <p>“A patroa sabia que eu trabalhava pra ela, nunca entendi pq ela me obrigava a usar branco quando eu tinha que tomar conta do filho dela na rua, nas festas, no supermercado e em outros lugares públicos. Será que era pra deixar bem claro para as outras pessoas qual era o meu papel na vida daquela família?”</p> <p><i>(Relato R.Q)</i></p> <p>Um dos dias mais constrangedores da minha vida foi ter que ir uniformizada de babá para uma festa de casamento. Além da noiva, somente eu vestia branco, para deixar bem claro para os presentes que eu não era convidada.</p> <p><i>(Relato F.H)</i></p> <p>-Carolina eu preciso que vc seja mais profissional com o Davizinho. -Como Assim? -Mais profissional! Vc está aqui pra cuidar dele e das coisas dele, contratei uma babá e não um bobo da corte. Não quero que fique fazendo gracinhas pra ele rir, evite ao máximo contatos físicos, colo só se ele chorar muito, e não deixe ele te cheirar, abraçar, beijar nem pensar e nem vc deve dirigir a ele qualquer uma dessas manifestações de carinho estamos entendida? - Sim senhora.</p>
<p>Mania de limpeza e supervisão extrema das tarefas executadas pelas trabalhadoras</p>	<p><i>(Relato P.G)</i></p> <p>em um dia que fiz faxina no banheiro dela, e ela me disse que estava sujo, e mandou eu limpar cm escova de dente.</p> <p><i>(Relato M.S.N)</i></p> <p>Entre os serviços domésticos, tinha dificuldade em passar bem as roupas, engomar como ela dizia, e repetia uma mesma roupa muitas vezes.</p> <p><i>(Relato da minha mãe M.A.M.B.)</i></p> <p>Houve uma casa, no interior de São Paulo, onde o senhor era um típico burguês, com duas filhas da idade da minha mãe. As princesas da casa.</p>

	<p>Minha mãe, necessitada, fazia tudo que lhe era pedido. O homem a mandava limpar uma determinada sala cheia de freezers e fios desencapados. Não havia necessidade de fazê-lo todos os dias, mas ele mandava. Sabe por quê? Porque as filhas dele achavam engraçado minha mãe ficar tomando choques. Elas riam, enquanto minha mãe limpava, receosa, com medo de morrer, sem sapato ou roupas apropriadas.</p>
<p>O não reconhecimento de tais tarefas</p>	<p><i>(Relato P.A)</i></p> <p>Eu sou uma empregada doméstica. Acabo de descobrir que tenho direito a férias e 1/3, fui cobrar da minha patroa e ainda fui chamada de louca. Pois é , nós dias de hoje com a lei mudada, continuamos na senzala, e pior sendo explorada.</p>
<p>A escassez de direitos da ocupação e o seu pouco retorno financeiro</p>	<p><i>(Relato J.L.F)</i></p> <p>[...] minha mãe trabalhou pra uma senhora que pagava pra ela 5 reais por faxina, por 4 horas de serviço, um dia essa mesma senhora pediu pra minha mãe ir limpar uma outra casa , que ela iria se mudar, a casa tava virada de cabeça pra baixo, minha mãe precisou de 3 dias (trabalhando o dobro do tempo) pra deixar em ordem, e recebeu os mesmos 5 reais pelo serviço, pq de acordo com a patroa, foi uma faxina só.</p> <p><i>(Relato P.C) RJ</i></p> <p>Gostaria de deixar registrado a experiência da minha mãe, que foi escrava doméstica. [...] Quando ela começou, a madame tinha passadeira, faxineira e cozinheira. Aos poucos, minha mãe foi assumindo todas as funções sem nenhuma acréscimo no salário - que era apenas de um salário mínimo.</p> <p>Nunca recebeu horas extras pelos fins de semana nem feriados que trabalhava, nem pelas horas em que ficava depois do horário. Folga apenas de quinze em quinze dias aos domingos. Não tinha Natal, Ano Novo, Dia das Mães, Páscoa, nem nada. Praticamente todos os dias do ano dedicados à madame e sua família. Sem falar nas diversas humilhações e na forma arrogante e desrespeitosa com que minha mãe era sempre tratada.</p> <p>O pior de tudo é que durante todos esses anos ela NUNCA teve sua carteira de trabalho assinada! E ainda pior: o marido da madame já foi, num governo aí, Ministro da Assistência e Previdência Social! Inclusive durante o período em que minha mãe atuou como sua escrava doméstica. Durante os últimos 12 anos em que trabalhou nesta casa, a madame não lhe deu concedeu nem lhe pagou as férias devidas. Doze anos de trabalho sem férias! Assim, sem mais nem menos, parou de pagar e conceder férias.</p> <p><i>(Relato R.M)</i></p> <p>[...] Tudo começou quando minha mãe que tbm era doméstica me deu para a filha do patrão para morar em outra cidade, ela disse para minha mãe que era p estudar. Só que quando cheguei a realidade era outra. Fui escravizada. Isso mesmo, Escravizada. Acorda às cinco da manhã e dormia às 11 da noite,</p>

	<p>parecia que o serviço nunca acabava, e quando acabava ela dava um jeito de arrumar alguma coisa para eu fazer. Isso eu deveria ter uns 9 anos. Daí fugi de lá.</p>
<p>Descontrole emocional dos patrões</p>	<p><i>(Relato S.R)</i></p> <p>Vou deixar o relato da minha tia. Ela era doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com minha tia. Quando o pessoal da vizinhança começou a achar minha tia, a empregadinha, mais bonita que a filha da patroa, ela cortou o cabelo da minha tia a força, a proibiu de usar qualquer acessórios e começou a tratá-la com pronomes masculinos. Tiveram meses que o pagamento foi feito com chinelas havaianas, porque sandalinhas também foram proibidas.</p> <p><i>(Relato N.D)</i></p> <p>Em 1997, quando eu tinha 8 anos,minha mãe estava de resguardo do meu irmão mais novo (que tinha menos de quinze dias que tinha nascido) e me pediu pra ir avisar minha tia,pra passar lá em casa quando ela saísse do serviço. Chegando na casa que minha tia trabalhava eu toquei a campainha,saiu uma senhora de cara fechada que sequer saiu da varanda e já gritou que não tinha esmola pra dar, foi quando eu sem jeito e com vergonha perguntei se podia falar com a Cleide, sua empregada.Ela já furiosa, grita ainda mais alto,que não era pra eu tocar a campainha da casa dela pra falar com serviçal, que esperasse ela sair do trabalho,bem longe do portão dela e voltou pra dentro batendo com força a porta.</p> <p><i>(Relato D.U)</i></p> <p>Trabalhei durante um mês e resolvi não voltar era muito humilhante ela me procurou por um Chat de uma rede social e perguntou o porque eu sai respondi,e logo ela me falou a fulana me disse que você reclama da comida eu disse que sim nos almoçávamos depois deles é nunca sobrava carne nada direito às vezes tinha que esquentar comidas de outros dias ela me disse que eu não deveria reclamar por estar comendo pouco afinal eu estava Gorda ... Eu não respondi mas logo ela me excluiu e bloqueou .</p>
<p>Acusações de roubo</p>	<p><i>(Relato: Joyce Fernandes/ Preta-Rara)</i></p> <p>Em várias casas que eu já trabalhei, na primeira semana de serviço. Toda vez que eu afastava o sofá da sala eu " achava" R\$ 100, chegava pra limpar em cima do guarda roupa R\$ 50 e em vários lugares moedas e dinheiro "escondidos" pela casa. Tipo caça ao tesouro, é o jogo que várias patroas gostam de jogar pra saber se a empregada é de confiança!</p> <p><i>(Relato C.B)</i></p> <p>Minha mãe trabalhou por muito tempo como empregada doméstica, em um de seus últimos empregos ela trabalhou para uma delegada. Há mulher era muito inteligente, mas era meio ruim. Um dia a delegada comprou um pacote de absorvente, chegou no apartamento e colocou a sacola com o absorvente atrás de uma porta, pendurada no trinco.</p>

	<p>Acontece que a delegada esqueceu onde tinha colocado a tal da sacola com o absorvente, começou a procurar e não estava achando. Aí ela falou pra minha mãe: - Só tem eu e você aqui, alguém pegou esse pacote de absorvente? Minha mãe falou: - Mas eu nem vi essa sacola com esse absorvente que você tá falando. E a delegada continuou jogando acusações pra cima da minha mãe. Aí uma bela hora ela entrou no quarto dela e achou a tal sacola com o absorvente pendurada no trinco. Aí veio meio sem graça e falou pra minha mãe que tinha achado a sacola</p> <p><i>(Relato S.O)</i></p> <p>Minha irmã (negra) trabalhava na casa de uma Bancária nos anos 80 na cidade de Ribeirão do Pinhal PR, e cansada de tantas exigências para limpar a casa pediu a conta. Poucos dias depois ela (a patroa) e sua irmã chegaram na minha acusando minha irmã de roubar um estojo de maquiagem e uma bermuda de lycra, minha irmã disse que não tinha pego e que também não lembrava onde estava guardado.</p> <p>Foram dias de terror em casa porque a funcionária do banco era influente na cidade de 13.000 habitantes e meu pai não sabia se acreditava na filha ou na ex-patroa dela até que no meio da noite minha irmã lembrou onde estava guardado o estojo de maquiagem e falou para meu pai, os dois foram na mesma hora na casa da ex patroa para mostrar onde estava (dentro do guarda roupa).</p> <p>Por fim, no outro dia chega a ex patroa foi em casa pedindo desculpas pelo ocorrido e que a bermuda estava na casa da mãe dela e com um saco enorme de roupas usadas para dar de "presente" (não aceitamos os "presentes")</p>
--	--

Comunidades virtuais, ciberfeminismo e processos de teorização informal

A infraestrutura da comunicação e das tecnologias intelectuais sempre estabelece relações estreitas com as formas de organização econômica e política (LÉVY, 1998). Scott e Street (2001), por exemplo, listam quatro razões pelas quais a internet é atraente para movimentos sociais: a mobilização meso (a possibilidade de mover-se entre as redes de maneira coordenada); impactos elevados sem grandes custos; controle editorial sobre o conteúdo por parte das organizações e a possibilidade de flanquear o controle do Estado e se comunicar em um ambiente seguro.

Assim, a partir da compreensão do ciberespaço como um mapa e uma descrição útil do território de vida diária (LÉVY, 1999), as pesquisas sobre estes novos processos de interação podem ajudar na compreensão do recente momento político e outras possibilidades de comunicação e engajamento cívico em redes sociais, virtuais e offline. Nesta perspectiva, entenderemos as ciberfeministas à luz da definição de Gajjala (1999, p.617): “produtores multimídia, administradores ou moderadores de listas de email, programadores, webdesigners e mulheres que se envolvem ativamente em todos os tipos de espaços online, síncronos e assíncronos” que “assumem o controle e apropriam-se do uso de tecnologias cibernéticas” e “criam espaços on-line de empoderamento feminino”.

A página *Eu, Empregada Doméstica* não apresenta necessariamente em suas narrativas discussões teóricas e acadêmicas sobre os feminismos. Termos e jargões academicistas não fazem parte do repertório discursivo e muitos textos são construídos a despeito da norma culta e formal da língua portuguesa, por vezes apresentando erros de digitação e/ou gramática. A organizadora da página explica que a decisão de publicar as mensagens na íntegra é deliberada e chega a propor um post sobre preconceito linguístico, respondendo aos críticos do projeto e afirmando o local social e cultural de onde partem as protagonistas das histórias. Nesse sentido, revela-se certo pioneirismo em uma tentativa popular de ocupar o ciberespaço com uma vertente negra e periférica, de mulheres que aprendem umas com as outras a atuar como ciberativistas.

Os relatos ganham visibilidade, são comentados e compartilhados, evocam outras narrativas semelhantes, levantam questões polêmicas, expõem a fragilidade da relação profissional e social entre mulheres de classes sociais e etnias diferentes. Por isso, sustentamos a hipótese de que a página pode ser pensada como um lócus ciberfeminista. Para Braga (2007, p.14), movimentos ativistas virtuais de mulheres abarcam justamente processos de teorias informais, ou seja, discursos, práticas e métodos cotidianos que “implicam um repensar da situação feminina e da tensão entre permanência e mudança nos atributos de gênero”. Através dessa campanha, as trabalhadoras não só dão visibilidade a situações de injustiça, como formulam coletivamente uma visão crítica acerca das suas condições de trabalho e processos de solidariedade com outras mulheres. Embora não seja um projeto autodeclarado feminista e militante, as articulações entre denúncias, conscientização de direitos e apoio mútuo conferem um caráter ativista às internautas.

O caso é, portanto, relevante para se pensar a complexidade das associações virtuais não institucionalizadas, os processos informais de teorização de feminilidade e gênero e o conceito e prática do que se convencionou chamar de ciberfeminismo. É também importante enquanto objeto de pesquisa, tendo em vista o preconceito e o desconhecimento acerca dos hábitos digitais de mulheres em países subdesenvolvidos, ainda presentes nos discursos científicos hegemônicos (GAJJALA, 2014).

Considerações finais

A campanha *Eu, Empregada Doméstica* e a mobilização virtual em torno da hashtag e da página homônimas no Facebook apresentam-se como um caso relevante para pensar as complexas dinâmicas de engajamento virtual através de associações informais e populares. Embora as discussões travadas naquele ciberespaço sejam informais e desvinculadas do debate feminista teórico, institucional e acadêmico, essas internautas também se articulam no sentido de repensar e discutir relações trabalhistas e de desigualdades de gênero, etnia e classe social. Podem, portanto, ser pensadas como ciberativistas feministas.

O processo de identificação que se estabelece entre essas trabalhadoras a partir do compartilhamento de vivências individuais relaciona-se à percepção das arbitrariedades sociais, do caráter injusto e violento do comportamento dos seus patrões, da flexibilização nociva das leis trabalhistas e das humilhações sistemáticas como parte constituinte da construção de um distanciamento social entre pessoas que convivem em uma mesma casa.

Dessa forma, a máxima feminista de que “o pessoal é político” – que se consolida como lema ativista nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil – ganha novos contornos no caso da articulação virtual das empregadas domésticas, para as quais as fronteiras entre o espaço público e privado e o trabalho e a vida pessoal sempre foram mais fluídas. Assim, se o estudo dos relatos pessoais e do compartilhamento de interesses em comunidades virtuais é, por muitas vezes, associado às dinâmicas individuais, voluntariamente desvinculadas de posições políticas que visam encaminhamentos coletivos (BRAGA, 2007), o projeto *Eu, Empregada Doméstica* revela outras dinâmicas para o uso das redes sociais, das memórias publicadas, das experiências narradas e comentadas. A grande quantidade de histórias pessoais permite perceber que as discriminações são de ordem

coletiva e estrutural, levando a uma reflexão mais ampla sobre as desigualdades sociais, de gênero e de etnia no Brasil.

Sem a pretensão de esgotar a temática proposta, acreditamos na importância da continuidade do estudo sobre a página *Eu, Empregada Doméstica* em pesquisas futuras. As relações, negociações, estratégias e afetos produzidos neste projeto de caráter popular, negro e periférico, apresentam elementos importantes e reveladores do racismo, sexismo e elitismo estruturais da sociedade brasileira, que continuam sendo naturalizados.

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Nara. Preta Rara lança #EuEmpregadaDoméstica e quebra o silêncio. **Boqnews**. Disponível em <http://www.boqnews.com/cidades/euempregadadomestica/> (último acesso: 15/06/2017).

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRAGA, Adriana A. **Tecnologia e gênero: questões femininas na Internet**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

EFREAIM, Anita. **#EuEmpregadaDoméstica: campanha revela abusos sofridos por domésticas em serviço**. **Estadão**. Disponível em <http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento/euempregadadomestica-campanha-revela-abusos-sofridos-por-domesticas-em-servico,10000064191>. Acesso em 15/06/2017.

FREITAS, Jefferson Belarmino de. **Desigualdades em distâncias – gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

GAJJALA, Radhika. **‘Third World’ perspectives on cyberfeminism**. *Development in Practice*, Volume 9, Number 5, 1999.

_____. **Woman and Other Women: Implicit Binaries in Cyberfeminisms**. *Communication and Critical/Cultural Studies*. Vol. 11, No. 3, September 2014, pp. 288–292, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPEA, Estudo detalha avanços femininos no mercado de trabalho. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27349. Acesso em 03 de agosto de 2016.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 5ª.ed. São Paulo, Loyola, 1998.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

POLIVANOV, Beatriz. **Dinâmicas Identitárias em Sites de Redes Sociais: Estudo com Participantes de Cenas de Música Eletrônica no Facebook**. Rio de Janeiro: Luminária, 2014.

SCOTT, A.; STREET, J. **From media to e-protest?** The use of popular culture and new media in parties and social movements. In: WEBSTER, F. (Ed.). *Culture and politics in the information age, a new politics?* London: Routledge, 2001.